

ATA Nº 107

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro de dois mil e vinte e um reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social Polivalente de Ega, na sua sede, sita na Rua da Calçada nº 20, Casal da Vila, Ega, Concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Ratificação da ata de reunião anterior;

Ponto dois - Programa de Acção para 2022, Carta de Exploração Previsional e Orçamento;

a) - leitura do parecer do Conselho Fiscal

b) Discussão e votação.

Ponto três - Informações;

Ponto quatro - Aprovação, em minuta, da ata da presente reunião.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios, com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois, nos termos do artigo trigésimo primeiro - um dos Estatutos. Tendo em conta a ausência da segunda secretária Raquel Rebelo Paulino, foi eleito para o referido lugar, nos termos do artigo vigésimo sexto, número três, dos Estatutos o sócio Gabriel Gorgulho Coelho.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão com a ratificação da Ata da reunião anterior dando nota de que a mesma se encontra online, no site da Instituição, para que todos tenham acesso. Neste ponto, o sócio Manuel Branco sugere que a adenda que consta da ata anterior, relativamente à intervenção da Diretora Técnica, seja transcrita para a ata da reunião de hoje. Transcreve-se de seguida o teor da referida intervenção: Na referência da Diretora Técnica faltou referir que nos Impresses e Documentos em uso, a Avaliação de Diagnóstico, Programa de acolhimento, Relatório do Programa de acolhimento, Plano de Desenvolvimento, Plano Individual; e nos Manuais, o Manual da Qualidade, Manual de Procedimentos e Instruções de Trabalho, Formas de Atuação em Situações de Emergência, Manual de funções, Política de Fidedade de dados, Manual de Acolhimento para Colaboradores, Manual de Acolhimento para Utentes, Planos de Boa conduta - Prevenção e combate ao Assédio no local de trabalho, Pla

nos de Boa Conduta - Prevenção e Combate ao Assédio no local de trabalho, Plano de Formação, Metodologia de Gestão de Reclamações, Gestão de Comportamento e Prevenção de Situações de negligência e maus tratos, Código de ética e conduta, Plano de visitas e Plano de Contingência.

O Presidente da Assembleia colocou a rotacão o primeiro ponto tendo sido aprovado por maioria, tendo tido um voto contra e uma abstenção.

De seguida o Presidente da Direcção saudou os sócios e passou a palavra à Diretora Técnica, Dra Anabela da Conceição Marques Monteiro, para a apresentação do Plano de Acção para dois mil e vinte e dois. Na posse da palavra a Dra Anabela Monteiro refere os vários eixos de intervenção para o próximo ano, nomeadamente, a reestruturação ao nível dos Recursos Humanos promovendo-se a alteração do Organigrama da Instituição, com a afetação de um Director Técnico responsável pela Estrutura Residencial para Idosos e um Director Técnico responsável pelo Centro de Dia, Serviço de Apoio Territorial, Projetos e Recursos Humanos. Reforça a importância da formação para aquisição de competências e conhecimentos nesta área de intervenção, estando previstas no Plano de formação, seis acções de formação ao longo do ano, para todas as categorias profissionais respeitando-se assim as 40h/aneais exigidas por lei.

Relativamente ao eixo Sócios e Comunidade a Instituição vai manter-se como Entidade Local Executora das Acções (ELEA) no Projeto Contratos Locais Desenvolvimento Social (CLDS 46),

no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE). Neste sentido o Centro Social é responsável pela execução das atividades correspondentes aos eixos dois e três sendo que o Eixo Dois - Intervenção Familiar e Parental, preventiva da pobreza infantil é composto pelas ações Espaço família e Capacitar + Proteger e o Eixo Três - Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa é composto pelas ações Oficinas + Ativas e visitas de Apoio.

Refere que o Centro Social também irá manter a sua participação no Projeto Desafio Sénior que é uma iniciativa de Empreendedorismo e Inovação Social desenvolvida numa lógica de parcerias e que tem como público alvo os idosos com mais de 65 anos e que se encontrem em isolamento social. As atividades a desenvolver em dois mil e vinte e dois serão individuais e de grupo de acordo com os interesses de cada um e pretende-se acompanhar trinta (30) idosos no próximo ano.

Informa no que diz respeito ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas - (POAOMC) que tem como finalidade apoiar indivíduos ou famílias, que se encontrem em carência económica, através da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, o Centro Social irá montar-se como entidade mediadora colaborando na seleção e seleção de beneficiários, na elaboração do plano de distribuição e consequente elaboração de credenciais à retenta (70) beneficiários, e ainda será responsável pela preparação dos cabazes e respetivas ações de acompanhamento.

Refere que em relação às candidaturas Realizadas destaca-se a efetuada ao Programa PARES - 3.0 com o objetivo de incorporar normas climatização no edifício e o Prémio Fidelidade com o intuito de criar uma Sala de Movimento apetrechando-a com equipamentos terapêuticos e adequados ao exercício físico promovendo o envelhecimento ativo e saudável. Relativamente a candidaturas e aquisições a realizar destacam-se: uma viatura de cinco lugares com plataforma para deficientes e uma viatura de dois lugares movida a energia elétrica através do candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência. No que diz respeito a equipamentos refere: os aparelhos de ar condicionado, os painéis fotovoltaicos e reforço dos painéis solares e ainda obras de remodelação de acesso ao piso zero (exterior) exterior.

A' Dra Anabela Mouteiro, no âmbito das parcerias institucionais, destaca as seguintes entidades parceiras: Segurança Social, Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Escola Secundária Fernando Namora, Escola Superior de Educação e Instituto Superior Miguel Foga.

Pretende-se ainda finalizar a cedência à Associação OS UGRS por contrato de comodato, todo o edifício da primeira sede, conforme minuta já aprovada em Assembleia Geral para o desenvolvimento de atividades culturais e desportivas no âmbito dos seus objetivos estatutários.

Reforça que todos os procedimentos de melhoria contínua referenciados no Manual da Qualidade serão para manter e continuar

Com a sua implementação. Refere que no próximo ano pretende-se garantir e fortalecer as respostas sociais existentes e aumentar a satisfação dos utentes. Destaca a necessidade de colocar em prática a informatização de todos os registos diários relativos às intervenções realizadas aos utentes através do programa My Senior.

No que diz respeito ao Plano de Atividades do próximo ano, a D. Anabela Monteiro refere que as mesmas dividem-se em várias áreas nomeadamente: lúdico-recreativas, físico/motoras, culturais, religiosas/espirituais, do quotidiano, sociais, cognitivas de desenvolvimento individual e social, festivas e de expressão plástica e musical. São programadas em cronograma por atividades anuais, semanais e diárias de acordo com o plano individual do utente e da valência a que esteja afeto, sendo ajustado e adequado sempre que se verifique essa necessidade. De seguida, o presidente da Direção informa que o D. José Pedro Nuno Antunes, contabilista certificado da Instituição, não pode estar presente pelo que será ele a apresentar a Conta de Exploração Previsional e o Documento de Investimentos para o ano de dois mil e vinte e dois. Dá início à apresentação referindo que as previsões efetuadas contêmplam as Respostas sociais: Centro de Dia, Serviço de Apoio Doméstico e 'Estrutura Residencial' para Pessoas Idosas, mas também, contêmplou a ~~participação~~ participação da Instituição no programa de Parcerias para o Impacto - "Desafio Sénior" e no Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social -

- 4ª Geração. Será feita a análise em dois grandes pontos, nomeadamente, Gastos e Rendimentos. No que diz respeito ao ponto um, este abrange o Custo das Mercadorias Vendidas e Materias Consumidas no qual a previsão é que se atinja o valor de duzentos e dezasseis mil cento e vinte e três euros e noventa e quatro centimos (216.123,94€). A previsão para Fornecimentos e Serviços Externos é que atinjam o valor de cento e setenta e sete mil cento e vinte e quatro euros e oitenta e nove centimos (177.124,89€). Sendo que a rubrica do trabalho especializado refere-se a contratos existentes com empresas prestadoras de Serviços nas áreas da medicina no trabalho, na segurança e higiene, assistência informática, reabilitação cognitiva, desinfectação entre outras. As previsões com gastos mais elevados são as efetuadas com gás em vinte e nove mil seiscentos e sessenta e dois euros e cinco centimos (29.6662,05€); os honorários em vinte mil trezentos e cinquenta e um euros e vinte e dois centimos (20.351,22€) e a eleticidade em dezassete mil trezentos e noventa e Três euros e Três centimos (17.393,03€). Refere ainda que os gastos tidos com a participação nos programas Desafio Sénior e CLDS 46 serão reembolsados na totalidade. Relativamente aos Gastos com o pessoal prevê-se que esta Rubrica atinja o valor de seiscentos e noventa e sete mil seiscentos e trinta e oito euros e noventa e cinco centimos (697.638,95€) tendo tido em consideração o ajustamento do quadro de pessoal, a retificação das carreiras e a subida do Salário mínimo nacional em dois mil e vinte e dois (2022).

No que diz respeito aos Gastos de Depreciação e de Amortização prevê-se um gasto de cento e vinte cinco mil cento e cinquenta e um euros e setenta e oito cêntimos (125.151,78€). Os Outros Gastos e Perdas referem-se ao pagamento de quotas anuais no valor de trezentos euros (300€).

O Presidente da Direção passa a explicar o ponto relativo aos Rendimentos, na Rubrica Serviços Prestados, prevê-se que a Instituição obtenha em dois mil e vinte e dois o valor de seiscentos e noventa e três mil seiscentos e oitenta e sete euros e vinte e quatro cêntimos (693.687,24€). Este valor contempla as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios. As mensalidades dos utentes do Centro de Dia prevêem-se que sejam de cinquenta e sete mil setecentos e quinze euros e vinte cêntimos (57.715,20€), as do Apoio Domiciliário em cento e vinte e três mil cento e oitenta e um euros e oitenta cêntimos (123.181,80€) e as mensalidades dos utentes em Estrutura Residencial Para Idosos seja de quinhentos e dez mil quatrocentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos (510.450,24€). No que concerne às quotas dos sócios prevê-se que atinja o valor de dois mil trezentos e quarenta euros (2.340,00€). Relativamente à Rubrica dos Subsídios à Exploração a Instituição prevê obter um valor de quinhentos e trinta e três mil novecentos e treze euros e noventa e seis cêntimos (533.913,96€). A maior parte destes rendimentos serão provenientes do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no âmbito dos acordos, num valor de quatrocentos e quarenta e cinco mil

oitocentos e quarenta e dois e setenta e dois centimos (445.842,72€). Também se prevê o reembolso do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Relativo à bolsa atribuída à colaboradora contratada neste âmbito, no valor de quatro mil setecentos e cinquenta e nove euros e dezasseis centimos (4.739,16€). A Instituição será reembolsada com os gastos tidos com o Programa Contrato Local de Desenvolvimento Social 4ª Geração em trinta e cinco mil novecentos e quarenta e dois euros e vinte e um centimo (35.942,21€) e com o Programa de Parcerias para o Impacto - Desafio Sion em quarenta e sete mil trezentos e oitenta e nove euros e oitenta e sete centimos (47.389,87€). Na Rubrica Outros Rendimentos e Ganhos prevê-se que atinja um valor de noventa e seis mil setecentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e sete centimos (96.744,57€). Em Suma o Presidente da Direção refere que o Centro Social Polivalente de Ega. prevê, para o ano de dois mil e vinte e dois, que os gastos atinjam o valor de um milhão duzentos e dezasseis mil trezentos e trinta e nove euros e cinquenta e seis centimos (1.324.345,77€), e que por conseguinte, o Resultado líquido do exercício seja um saldo positivo no valor de cento e oito mil e seis euros e vinte e um centimos (108.006,21€). O Presidente da Direção, no que diz respeito ao Orçamento de Investimentos do ano de dois mil e vinte e dois destaca como investimentos mais significativos a previsão de aquisição de duas viaturas, uma delas movida a electricidade, a instalação de conjunto de painéis fotovoltaicos

os para autoconsumo de energia, e a aquisição de aparelhos de ar condicionado. Para a concretização destes investimentos prevê-se o autofinanciamento no valor de setenta e cinco mil e quinhentos euros (75.500,00€) e que se recorra a subsídios ao investimento num valor de setenta e dois mil euros (82.000,00€) e a outros financiamentos no valor de quinze mil e quinhentos euros (15.500,00€) perfazendo um total de cento e setenta e três mil euros (173.000,00€) em investimentos.

De seguida o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Joaquim Rebelo Loureiro, para se pronunciar sobre os documentos apresentados. O Presidente do Conselho Fiscal procedeu à leitura da ata numero trinta e dois, aprovando por unanimidade os respetivos documentos.

O Presidente da Assembleia dá a palavra aos sócios, Manuel Branco e Rodolfo Silva que se inscreveram para discussão do ponto dois da ordem de trabalhos. O sócio Manuel Branco inicia a sua intervenção solicitando esclarecimentos relativamente à alteração do organograma nomeadamente na criação de mais um lugar de Diretor Técnico manifestando alguma preocupação no que a situação em si pode significar em termos financeiros e defende que as Instituições Particulares de Solidariedade Social, por norma, só tem um Diretor Técnico. Considera que a Instituição em si não tem dimensão tal para a necessidade de criar um segundo posto. Também solicita informação relativamente à mencionada obra de acesso ao piso zero, nomea-

damente saber o local exato da mesma, como estão a ser planeadas essas obras e para quando estão previstas.

O Sócio Rodolfo Silva, questiona sobre o ponto de situação relativo ao contrato de comodato com a Associação Desportiva e Cultural os Ugas, uma vez que tinha a informação que estava tudo concluído. Também solicita esclarecimentos relativos à piscina, uma vez que não vê qualquer referência à mesma nas contas e atividades do próximo ano e ainda, se estão previstas obras no edifício do antigo posto de saúde.

O Presidente da AG deu a palavra ao Presidente da Direção para responder às questões colocadas pelos Sócios.

O Presidente da Direção tomou a palavra e respondendo ao sócio Manuel Branco referiu que solicitaram parecer ao advogado da Instituição que lhes deu parecer favorável a esta divisão. O Departamento dos Recursos Humanos será afeto à Direção Técnica que ficará responsável pelas Valências de Centro de dia e Serviço de Apoio Domiciliário de forma a equilibrar o volume de trabalho. Refere que esta alteração não terá necessariamente mais estorvo financeiro à Instituição. No que diz respeito às obras esclarece que em caso de incêndio, e na conseqüente falha de elevador, não existe acesso ao piso zero dificultando o trabalho dos bombeiros. Na cozinha também se verificam dificuldades de funcionalidade por não haver acesso direto e rápido ao exterior. O local a ser intervencionado se rá na zona das escadas do lado do jardim

público estando em curso um estudo, realizado por técnicos especializados, para que as obras sejam feitas em total concordância com as regras exigidas ao equipamento Social. O sócio Manuel Branco interveio para manifestar agrado de que todas as entidades competentes sejam envolvidas neste processo, de modo que na construção do edifício estas foram dando contributos positivos e favoráveis à construção.

O Presidente da Direcção continuou a esclarecer os sócios, desta vez às questões do sócio Rodolfo Silva, referindo que o contrato de comodato está concluído com o pretendido, contudo, e devido às obras na Escola Primária da Ega o espaço está a ser ocupado temporariamente com as aulas da referida escola. No que diz respeito à piscina refere que os documentos de responsabilidade do Centro Social já foram todos entregues estando apenas a faltar um documento, do Instituto Nacional de Reabilitação, com a alteração estatutária mas que o assunto está entregue ao advogado da Instituição.

Relativamente ao antigo ponto de Saúde refere que estão previstas obras mas não serão para o próximo ano.

Não havendo mais questões sobre o ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia coloca a votação os documentos apresentados, tudo sido aprovado por unanimidade, ou seja maioria, havendo um voto contra e uma abstenção.

O sócio Rodolfo Silva pede a palavra novamente para apresentar uma sugestão de modo que o Regulamento Eleitoral e os Estatutos

entram em conflito quando o primeiro refere a dispensa de aprovação de plano de ação e os segundos, referem que as listas candidatas terão de apresentar um Plano de Ação. O sócio Manuel Branco acompanha esta sugestão. Tendo em conta o cargo que ocupava na anterior direcção da Instituição, informa que relativamente a um processo crime em que o nome da Instituição se viu envolvida quer dar nota de que o processo foi arquivado e a Instituição foi librada de qualquer culpa.

O sócio Manuel Branco refere que, numa das últimas reuniões do conselho local da Acção Social, da Rede Social, da Câmara Municipal de Louléixa-o-Nova foi agraciado com um certificado de reconhecimento pelo trabalho feito em prol do concelho e da Instituição que dirige durante anos, mas considera que se trata de uma distinção partilhada com os colegas da Direcção e com a Instituição. Nesse sentido, pretende entregar esse quadro de distinção ao Centro Social.

O Presidente da Direcção toma a palavra para agradecer e aceitar a oferta do sócio Manuel Branco. Passando ao ponto das informações, da ordem de trabalhos, refere que o Centro Social estará atento às diversas candidaturas de financiamento a que pode concorrer para, como por exemplo, poder concluir a sala de fisioterapia com os materiais necessários a esta área de intervenção, bem como para a aquisição das novas cadeirinhas, para os painéis filcroblásticos que já era um projeto da anterior Direcção e que vai dar-se seguimento.

Relativamente ao surto Covid que existiu no início do mês de Setembro, quero agradecer a todos os colaboradores manifestando o seu reconhecimento pelo trabalho, esforço e dedicação de todos os que trabalharam naqueles dias em condições difíceis. Mais informa que com a aproximação do Natal e a pressão dos familiares no que diz respeito às visitas e saídas, o Centro Social irá adoptar as medidas impostas pelas Normas e Orientações da Direcção Geral de Saúde a partir de um de Dezembro.

Por fim, o presidente da Assembleia Geral passa a rotacão do ponto quatro da Ordem de trabalhos tendo a ata da presente reunião sido aprovada em minuta por unanimidade.

Posto isto e não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. Da mesma se lavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Presidente da Assembleia: *Jose Manuel Soares*

Primeiro Secretário: *Beata Filipa Reis dos Santos*

Segundo Secretário: *John Guilherme Sousa*